

PROGRAMAS DE ENSINO

DAS CADEIRAS DO

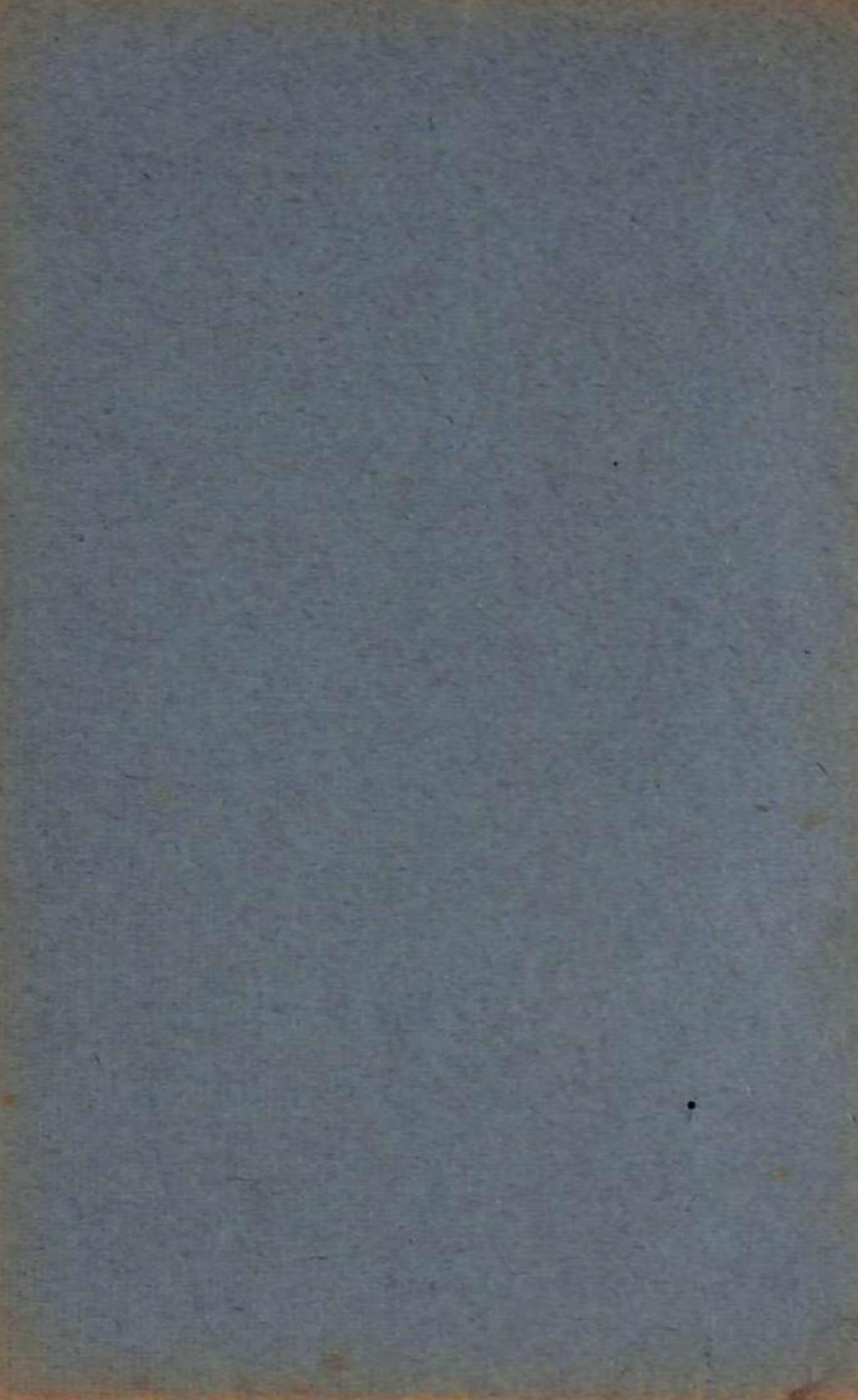
4.º ANO

DO CURSO DE BACHARELADO

- | | |
|---------------------------------------------------------|----|
| 1.ª Cadeira — Direito Civil | 3 |
| Prof. Dr. <i>Andrade Bezerra</i> | |
| 2.ª Cadeira — Direito Comercial | 7 |
| Prof. Dr. <i>Joaquim Amazonas</i> | |
| 3.ª Cadeira — Direito Judiciário Civil | 17 |
| Prof. Dr. <i>Pedro Palmeira</i> | |
| 4.ª Cadeira — Medicina Legal | 27 |
| Prof. Dr. <i>Edgar Allino</i> | |



ANO 1939



Faculdade de Direito do Recife

PROGRAMAS DE ENSINO

DAS CADEIRAS DO

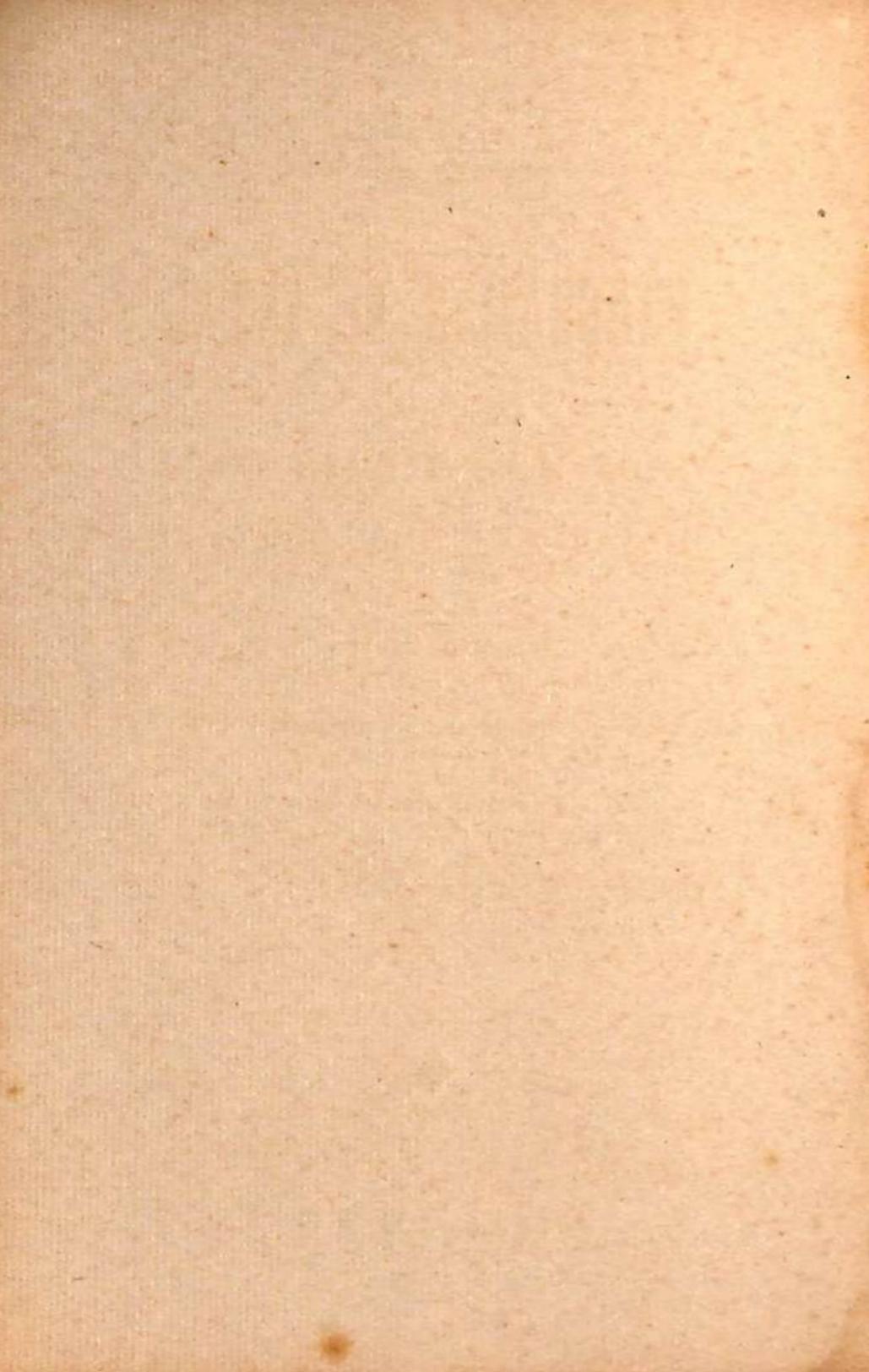
4.º ANO

DO CURSO DE BACHARELADO

- | | |
|---------------------------------------------------------|----|
| 1.ª Cadeira — Direito Civil | 3 |
| Prof. Dr. <i>Andrade Bezerra</i> | |
| 2.ª Cadeira — Direito Comercial | 7 |
| Prof. Dr. <i>Joaquim Amazonas</i> | |
| 3.ª Cadeira — Direito Judiciário Civil | 17 |
| Prof. Dr. <i>Pedro Palmeira</i> | |
| 4.ª Cadeira — Medicina Legal | 27 |
| Prof. Dr. <i>Edgar Altino</i> | |



A N O 1 9 3 9



QUARTO ANO

PRIMEIRA CADEIRA

DIREITO CIVIL

(Direito das Coisas)

1.º

PRELIMINARES

Direito das Coisas. Direitos pessoais e reais. Direito reais na própria e na coisa alheia. Do patrimonio.

2.º

DA POSSE

Teorias subjetiva e objetiva da posse. Especies da posse. Composse. Quasi-posse. Modos de adquirir e transmitir a posse. Efeitos da posse. Perda e proteção da posse.

3.º

DA PROPRIEDADE IMOVEL

Legitimidade, especies, extensão, caracteres. Modos de adquirir os imoveis. Transcrição e acção. Usucapião e successão.

4.º

DIREITOS DE VIZINHANÇA

Uso nocivo. Arvores limitrofes. Passagem forçada. Aguas e limites entre predios. Direito de construção. Direito de tapagem.

5.º

PERDA DO IMOVEL

Prescrição, termo e condição. Alienação, renúncia, abandono, perecimento da cousa. Desapropriação. Propriedade resolúvel.

6.º

PROPRIEDADE MOVEL

Ocupação, caça e pesca. Invenção, tesouro. Especificação. Confusão. Comistão. Adjunção. Usucapião e tradição.

7.º

CONDOMINIO

Direitos e deveres dos condominos. Divisão da cousa comum. Administração do condominio. Condominio de paredes. Compáscuo.

8.º

PROPRIEDADE LITERARIA

Teorias sobre o direito de autor. Direitos do autor e do editor. Colaboração e cessão de direitos. Garantias do direito de autor.

9.º

ENFITEUSE

Objéto, constituição, duração. Direitos do senhorio diréto. Direitos do foreiro. Extinção da enfiteuse.

10.º

SERVIDÕES PREDIAIS

Objéto e especies. Direitos do dono do predio dominante. Direitos do dono do predio serviente. Extinção das servidões.

11.º

USUFRUTO

Direitos do usufruario. Deveres do usufruario. Do uso, da habilitação e das rendas constituidas sobre imovel. Constituição e extinção.

12.º

DIREITOS DE GARANTIA

Especies, requisitos e vencimento. Penhor convencional e legal. Penhor agricola, pecuario e de titulos. Transcrição do penhor. Extinção.

13.º

ANTICRESE

Objéto e caráter. Constituição. Direitos e deveres do credor. Direitos e deveres do devedor. Execução e extinção.

14.º

HIPOTECA CONVENCIONAL

Fôro, objéto, especies, constituição. Inscrição. Remissão. Excussão e cancelamento.

15.º

HIPOTECA LEGAL E JUDICIARIA

Pessôas beneficiadas. Inscrição. Hipotecas de vias ferreas. Registro de imoveis.

Faculdade de Direito do Recife, em 14 de Janeiro de 1939.

O Professor Catedratico

(ass.) **Dr. Antonio Vicente de Andrade Bezerra**



QUARTO ANO

SEGUNDA CADEIRA

DIREITO COMERCIAL

Maritimo, Falencias e Concordatas

PRIMEIRA PARTE

I

1. O commercio maritimo : conceito, historia e importancia. Influencia no desenvolvimento geral da humanidade. Divisões.

II

2. O Direito Comercial Maritimo : conceito e lugar no Quadro Geral da classificação do Direito.
3. Historia do Direito Comercial Maritimo, na antiguidade.

4. Os monumentos legislativos da Idade Media e até Colbert.
5. Os monumentos legislativos posteriores a Colbert. O papel da França no movimento codificador do Direito Comercial Maritimo.

III

6. O navio e seu conceito. Sua natureza jurídica. Partes e accessorios do navio.
7. O navio e sua construcção : a) por economia; b) por contrato.
8. O navio e seu estado civil : individualização e caracterisação. A teoria da personalisação do navio. Percimento do navio. Os Registros de Navios.

IV

9. Abalroamento entre navios : especies. Estudo de cada uma. Responsabilidades resultantes do abalroamento. Regulamentos e Convenções internacionais.

V

10. Propriedade do navio : generalidades. Modos de direito privado, de transmissão da propriedade do navio. Alienação voluntaria e alienação forçada.
11. Modos de transmissão da propriedade do navio, especiais do Direito Maritimo.
12. Modos de transmissão da propriedade do maritimo, especiais do Direito Publico.

13. Quem pode ser o proprietário de navio brasileiro. Razões.
14. Responsabilidade direta do proprietário de navio.
15. Responsabilidade reflexa do proprietário do navio.
16. Limitação da responsabilidade do proprietário de navio : sistemas.
17. O condomínio de navio. Administração. Transmissão da propriedade de partes do navio.

V I

18. A armação de navio. Especies de armador. Responsabilidades resultantes da armação.

V II

19. Representação do navio, fóra de seu domicilio : agentes e consignatarios.

V III

20. O capitão e a gente da tripulação. Contrato de engajamento : direitos e obrigações resultantes. Poderes do Capitão.

I X

21. Contrato de fretamento. Modalidades ou especies de fretamento. A carta partida. Natureza do contrato.

22. Contrato de fretamento : á colheita ou prancha : o conhecimento de carga. Natureza do contrato assim concluído.
23. Emissão e dizeres do conhecimento de carga. Natureza jurídica desse documento. Modos de sua emissão.
24. Contrato de fretamento : a viagem. Direitos e obrigações das partes, antes, durante e depois da viagem. O frete e seu pagamento.

X

25. Contrato de transporte de passageiros. Natureza jurídica. Direitos e obrigações das partes.

XI

26. O credito naval : hipoteca de navio. Anticresis e penhor.
27. Creditos privilegiados e quirografarios.
28. O contrato de emprestimo e cambio maritimo : historia, desenvolvimento e esplendor. Caracteristicas proprias desse contrato. Decadencia do instituto.

XII

29. As avarias no Direito atual. Especies de avarias : grossas ou comuns, e simples ou particulares.

30. Conceito de cada especie. Tipos principais de avarias.

XIII

31. O contrato de seguro marítimo: generalidades. As pessoas partes no contrato.
32. O contrato: o risco; o premio. O documento do contrato: a apolice. Resolução do contrato. O sinistro.
33. A ação de seguro. A ação de abandono. O instituto do abandono no direito marítimo.

XIV

34. Salvamento e Assistencia, em direito marítimo. Diferenciação entre as duas figuras. Natureza jurídica de cada uma.
35. A Convenção Internacional de Bruxelas, de 1910.

SEGUNDA PARTE

XV

36. A falencia e suas origens. Sua filiação a institutos do Direito Romano.
37. A falencia na Idade Media e nos tempos modernos. Sua caracterisação definitiva.

XVI

38. A falencia e seus presupostos. Concepções latina e germanica do instituto. Unidade e multiplicidade da falencia.
39. A legislação brasileira falencial, anterior e posterior á independencia, até 1889.
40. As reformas de 1890 e de 1902; regimes que estabeleceram.
41. A reforma de 1908 : a lei n.º 2.024, de 17 de Dezembro desse ano. Sua formação. Apreciação geral sobre a sua aplicação, e efeitos desta. A sua reforma parcial, pelo decreto legislativo numero 5.746, de 9 de Dezembro de 1929 : melhorias introduzidas; defeitos verificados; modificações principais.

XVII

42. A declaração judicial da falencia. Motivos determinantes, ou causas que dão logar á mesma declaração. Juizo competente. Recursos contra a sentença declaratoria ou denegatoria da falencia requerida.
43. Pessoas sujeitas á falencia : os comerciantes. Falencia dos não comerciantes. Falencia das sociedades : efeitos sobre as pessoas dos socios.
44. Efeitos juridicos da sentença declaratoria da falencia :
 - a) quanto aos direitos dos credores;
 - b) quanto á pessoa do falido;

- c) quanto aos bens do falido;
- d) quanto aos contratos do falido;
- e) quanto á revogabilidade de atos praticados pelo falido, anteriormente á declaração da falencia : ação revocatoria.

XVIII

- 45. Pessoal da administração da falencia : o síndico, o liquidatario. Obrigações de um e de outro. Disposições legais comuns a um e outro. Disposições especiais a cada um.
- 46. Arrecadação e guarda dos livros, papeis e bens do falido. O sistema brasileiro. Exame dos livros do falido. Continuação dos negocios do falido, durante a sindicancia.

XIX

- 47. Verificação e classificação dos creditos. Impugnação de credito e seu processo. Credores retardatarios : sua habilitação e respectivo processo.
- 48. Recursos contra a admissão ou exclusão de credores. Revogabilidade da admissão ou classificação de credito, por meio extraordinario.

XX

- 49. Assembléa de credores : constituição e poderes. Apresentação e julgamento de concordata, na falencia. Aceitação da concordata : recursos contra essa aceitação.

50. Recusa da concordata. Não apresentação de proposta de concordata. Eleição do liquidatário. Destituição do liquidatário: casos em que pode ter lugar. Processo dessa destituição e escolha do novo liquidatário. Recurso admitido contra a destituição.
51. Não cumprimento da concordata e seus efeitos. Reabertura da falencia, pela revogação da concordata: processo.
52. Cumprimento da concordata: reabilitação do falido, e seu processo. Outros casos de reabilitação.

XXI

53. Realização do ativo e liquidação do passivo. Pagamento aos credores: a) da massa; b) da falencia.
54. Prestação de contas do síndico e do liquidatário. Remuneração do síndico e do liquidatário: arbitramento.

XXII

55. Meios preventivos da declaração da falencia: moratória e cessão de bens, no direito brasileiro.
56. A concordata preventiva: sua historia, fundamento e processo. Sua aceitação e homologação. Recusa e efeitos.

57. Embargos á aceitação da concordata preventiva. Processo e recurso contra a sentença que os julga não provados, homologando a concordata proposta. Julgamento declarando provados os embargos opostos, não homologando a proposta : recurso admitido, contra essa decisão denegatoria de homologação.
58. Não cumprimento da concordata preventiva aceita e homologada : efeitos. Revogação da concordata e abertura da falencia : processo.

XXIII

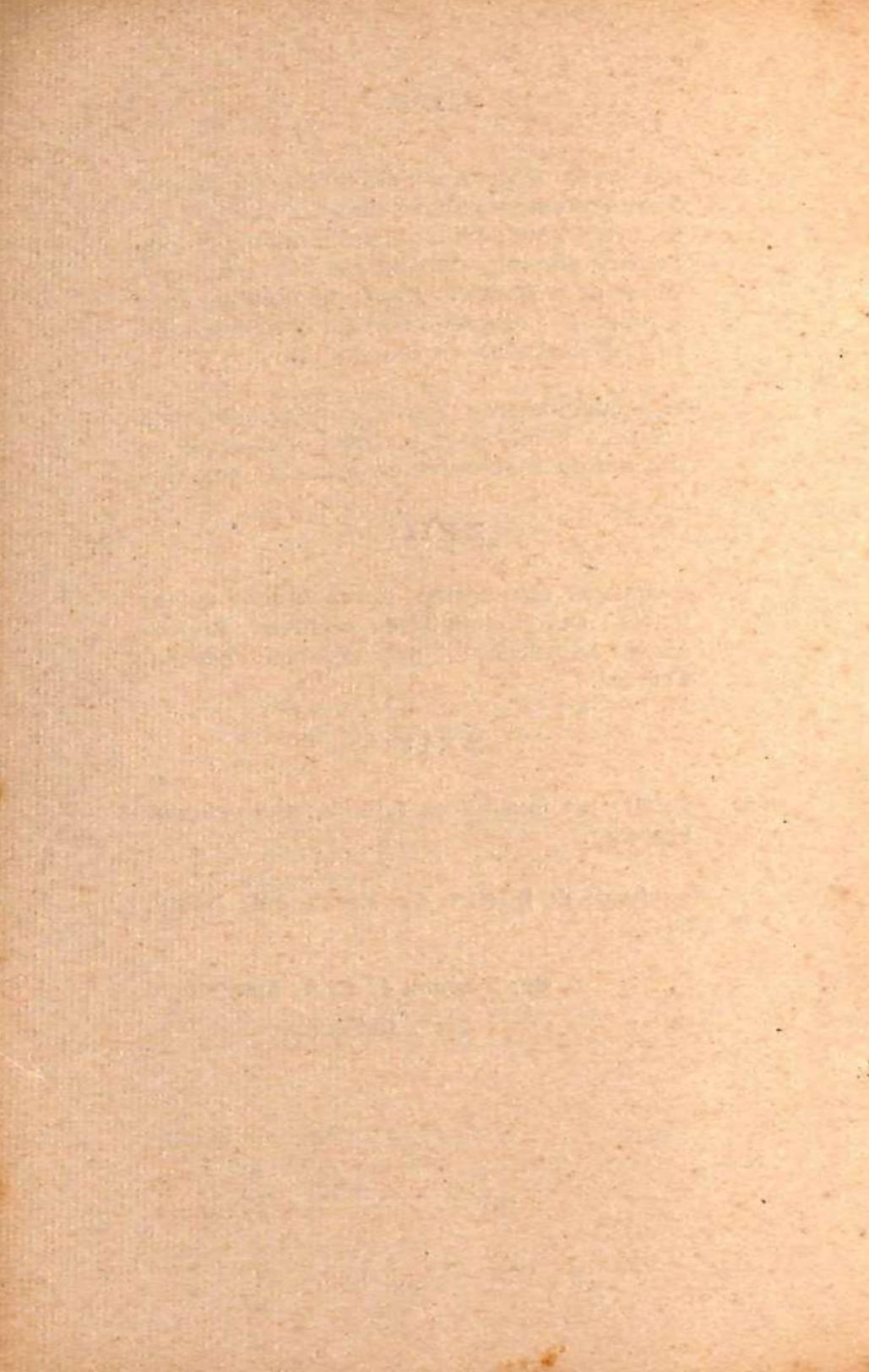
59. Sentenças estrangeiras de declaração de falencia : sua exequibilidade no Brasil. Exigencia de homologação pelo Supremo Tribunal Federal.

XXIV

60. Crimes em materia de falencia. Competencia. Processo.

Faculdade de Direito do Recife, 8 de Janeiro de 1939.

Dr. Joaquim I. de A. Amazonas
Prof. Catedratico



QUARTO ANO

TERCEIRA CADEIRA

Direito Judiciário Civil

PARTE PRELIMINAR

1.º

Do direito Judiciário Civil: Conceito; compreensibilidade do seu objeto; posição enciclopédica; relações com os outros ramos da ciência jurídica.

2.º

Da eficácia do direito judiciário no tempo e no espaço.

3.º

Da função jurisdicional, em confronto com as dos demais órgãos da soberania nacional. Do poder judiciário. Da função contenciosa e administrativa.

4.º

Organização judiciária. Sistemas diversos de organização. Da organização judiciária no Brasil.

5.º

Juizo arbitral; conceito e fundamento; inconvenientes e vantagens. Como se constitue e atúa esse juizo, em face de nossas leis.

6.º

Da competência : conceito e espécies.

7.º

Do juizo : noção; das pessoas que o constituem; partes necessárias e partes intervenientes. Do litis-consórcio.

8.º

Da capacidade para estar em juizo. Incapacidade absoluta e incapacidade relativa; meios de supri-las.

9.º

Dos auxiliares das partes litigantes. Assistência judiciária.

10.º

Do processo; conceito; necessidade politica do processo. Condições fundamentais.

11.º

Dos atos processuais : discriminação. Dos requerimentos, articulados e alegações. Dos autos, termos e certidões. Dos despachos e sentenças.

12.º

Das condições de realização dos atos processuais, quanto ao tempo e ao lugar. Prazos. Férias e férias forenses.

13.º

Da nulidade : noções gerais; espécies.

14.º

Da ação : acepções; conceito; divisões. Condições de seu exercício. Extinção das ações.

15.º

Do concurso e da acumulação das ações.

PARTE SEGUNDA

16.º

Da instancia : Comêço e término da instancia. Suspensão e perempção.

17.º

Dos atos processuais comuns ás ações em geral.

Da petição inicial. Cautelas e forma. Adição e emenda. Distribuição.

18.º

Citação: conceito e fundamento. Cautelas quanto às pessoas que devem ser citadas. Espécies. Efeitos. Da circundução e da revelia.

19.º

Da defesa, conceito fundamento e espécies. Das excepções: fisionomia jurídica, divisão. Cautelas quanto á ordem e ao tempo em que devem ser oferecidas. Processo.

20.º

Da contestação: conceito e espécies. Cautelas e forma. Arguição de nulidade. Da réplica. Da litiscontestação.

21.º

Dilação probatória. Das provas em geral; conceito, espécies e meios de provas admitidos em nosso direito. Do sistema de provas legais e do de livre convicção do juiz. Do onus da prova.

22.º

Da prova documental. Da confissão. Do depoimento pessoal. (Noções gerais, cautela e processo).

23.º

Das vistorias. Do arbitramento. (Noções gerais, cautela e processo.

24.º

Das alegações finais.

25.º

Da sentença : definição; requisitos elementares e formas. Publicação e intimação.

26.º

Da coisa julgada.

PARTE ESPECIAL

DAS AÇÕES

27.º

Das ações ordinárias : noções gerais; casos em que têm lugar; marcha processual e prática formulária.

28.º

Das ações sumárias e sumaríssimas : noções gerais, casos em que têm lugar; processo e prática formulária.

29.º

Das ações executivas : noções gerais; pressupostos jurídicos; espécies; casos de aplicação; processos e prática formulária.

30.º

Das ações decendiarias e quinquendarias : noções gerais; casos em que têm lugar; processo e prática formulária.

31.º

Das ações possessórias : noções gerais, espécies. Do interdito proibitório; da ação de manutenção; da ação de esbulho. Cautelas e forma respectivas.

32.º

Da ação de imissão de posse. Da nunciação de obra nova : Noções gerais, cautelas, rito processual e prática formulária, respectivamente.

33.º

Da ação de despejo : a quem compete e quando tem lugar; cautelas a observar nos diversos casos. Da defesa : em que pode consistir; reflexo de seu conteúdo sobre a forma processual. Prática formulária. **Do renovamento da locação de imóveis destinados a fins comerciais ou industriais :** fundamento legal; pressupostos; processo e prática formulária.

34.º

Das ações para construção, e conservação de tapumes e para indenização de parede ou tapume divisório : disposições legais em que se fundam; cautelas, marcha processual e prática formulária. **Da ação de usocapião :** fundamento legal; modo e forma de agir.

36.º

Da ação de reforço de garantia : fundamento legal, processo; prática formulária. **Da ação de remissão do imóvel hipotecado :** Casos em que têm lugar; processo e prática formulária.

37.º

Da ação de execução de penhor : quando tem lugar; processo e prática formulária. **Da remissão de penhor :** processo e prática formulária.

38.º

Da ação de depósito : cautelas, processo e prática formulária. **Da prestação de contas :** processo e prática formulária.

39.º

Da ação de acidente do trabalho : noções gerais; procedimento preliminar; iniciativa; rito processual e prática formulária.

40.º

Da ação de exoneração de fiança : quando tem lugar; processo e prática formulária. **Da recupera-**

ção de títulos ao portador : quando tem lugar; cautelas a observar; rito processual e prática formulária.

DOS INCIDENTES DO PROCESSO

41.º

Da reconvenção : noções gerais e processo.

42.º

Da autoria : noções gerais e processo.

43.º

Da oposição e da assistência : noções gerais; quando tem lugar; processo e prática formulária.

Da habilitação : noções gerais e processo.

44.º

Da falsidade e do erro de conta : noções gerais, rito processual e prática formulária.

DOS PROCESSOS PREVENTIVOS, PREPARATÓRIOS E INCIDENTES

45.º

Do embargo ou arresto : pressupostos jurídicos, casos em que tem lugar; cautelas; processo e prática formulária.

46.º

Do sequestro : em que casos tem lugar; cautelas; rito processual e prática formulária.

47.º

Da exibição : noções gerais; processo e prática formulária. **Das vendas judiciais :** casos em que ocorrem; iniciativa; meios de realização, modo e forma de agir.

48.º

Da consignação em pagamento : noções gerais; fundamento legal; casos de aplicação; defesa; processo e prática formulária.

49.º

Das cauções em juízo : noções gerais; processo e prática formulária.

50.º

Do depósito de pessoas : casos em que tem lugar; iniciativa; cautelas; processo e prática formulária.

51.º

Da separação de corpos : noções gerais; fundamento legal; processo e prática formulária.

52.º

Da posse em nome do nascituro : noções gerais; cautelas; processo e prática formulária. **Da busca e apreensão :** casos em que tem lugar; cautelas; processo.

53.º

Do protesto e da interpelação judicial : noções gerais; processo. **Da justificação :** noções gerais e processo.

54.º

Dos embargos de terceiros : noções gerais; em que casos têm lugar; cautelas rito processual e prática formulária.

Faculdade de Direito do Recife, em 15 de Janeiro de 1939.

O docente-livre no exercício da cadeira

Dr Pedro Palmeira

QUARTO ANO

QUARTA CADEIRA

MEDICINA LEGAL

a) Medicina Legal, Ensino e Perícia.

1 — Objeto da Medicina Legal. Feição do estudo em Faculdades Jurídicas. Didática. Prática médico-forense. Novos rumos da cadeira. Medicina Legal Judiciária.

2 — Institutos médico-legais. Especialização pericial; perícia e peritos. Documentos médico-legais.

b) Semiologia Mental

3 — Percepção, inteligência, emoção, vontade. Vida social. Conduta e liberdade. Sociologia do homem normal.

4 — Limites modificadores legais da responsabilidade e da capacidade. Idade, sexo, prodigalidade, alienação, loucura, intervalos lúcidos; conceito médico-legal.

c) Psicopatologia Forense.

5 — Estudo médico-legal das doenças mentais; causas gerais, diagnóstico, simulação. Classificação das doenças mentais.

6 — Constituições psicopáticas. Reações anti-sociais dos alienados.

7 — Das toxifilias (etilismo, morfismo, co-cainismo etc.) Estudo médico-legal.

8 — Das perversões sexuais. Conceito froideano. Distúrbios hormoglandulares e neurovegetativos.

9 — Noções de higiene mental. Proteção á creança anormal, aos toxifilos, aos perversos, aos vagabundos, aos analfabetos.

10 — Repressão á credence popular, ás práticas de espiritismo e similares, ao curandeirismo, etc. Profilaxia das doenças venéreas.

11 — Vantagens da segregação mental precoce. Manicômios, preventorios, hospitais abertos.

d) Psicologia Criminal

12 — O crime e seu conceito histórico; forma fundamental e forma evolutiva. Conceito social coetaneo.

13 — O criminoso e sua ficha biográfica; antecedentes hereditários, influências congênitas, vida na infancia, vida na sociedade.

14 — Exame somático e psíquico do delinquente. Eiotipologia criminal. Clinicas criminais.

15 — Prevenção do crime. Extinção da máquina penal vigente. Susbtitutivos penais de FERRI.

16 — A pena e sua finalidade utilitária de terapeutica médico-psicológica, médico-pedagógica, médico-cirúrgica e médico-opoterápica incretória.

17 — Penitenciárias, reformatórios, clinicas criminais, manicômios penais, anexos psiquiátricos.

e) Técnica Policial Judiciária

18 — Da prova do crime. Provas técnicas; o levantamento de corpo, fotografia do local do crime, filmagem. Outras provas de laboratório. Prova testemunhal. Confissão. Técnica psicológica.

19 — Caractéres antropognósticos gerais, raça, sexo, idade.

20 — Tipo constitucional. Soma e psique. Tipos patológicos.

21 — Estática antropognóstica; caractéres profissionais, fisiologicos. Tatuagens. Grupos sanguíneos, antropometria.

22 — Dinamica antropognostica; caractéres funcionais. Postura, marcha, dextreza, força.

23 — Movimentos anormais. Palavra escrita e falada. Mímica, gestos.

24 — Sensório. Vida vegetativa.

25 — Identificação judiciária; reconhecimento no vivo, no cadaver e na fotografia. Fotografia sinalética. Embalsamamento e recomposição de cadáveres.

26 — Identificação jurídica; dactiloscopia. Impressões digitais e sistemas dactiloscópicos.

27 — Gabinêtes de identificação dactiloscópica : provas no vivo e no cadaver. Processos de revelação de impressões digitais.

f) Traumatologia Forense

28 — Semiologia geral das ofensas físicas. Estudo quantitativo das lesões corporais.

29 — Lesões por agentes físicos.

30 — Lesões por agentes mecânicos e químico-traumatisantes.

31 — Asfixias puras.

32 — Asfixias complexas.

33 — Asfixias mixtas.

34 — Inanição. Envenenamento.

35 — Infecção; delicto de contágio.

36 — Classificação das lesões corporais. Estudo qualitativo. Lesão leve; semiótica da dor.

37 — Lesão grave. Inabilitação de serviço ativo. Enfermidade incurável.

38 — Mutilação, deformidade, amputação, privação permanente de uso de membro ou órgão.

39 — Lesão mortal, conceito legal. Natureza e sede das lesões mortais.

40 — Estudo médico-legal das concausas.

41 — Homicídio, suicídio, acidente. Semiótica. Conceito médico-legal.

42 — Do infanticídio. Conceito legal; crítica. Elementos constitutivos do crime; infanticí-

dio por comissão e por omissão. Diagnóstico da idade do recém-nascido.

43 — Provas de vida extra-uterina; docimásias. Diagnóstico da causa da morte.

g) Sexologia Forense

44 — Do casamento. Motivos dos impedimentos estatuidos no Código Civil, relativos á consanguinidade. Leis MENDEL.

45 — Relativos á idade e á capacidade civil.

46 — Idem aos direitos de sucessão de produto possivel de casamento anterior.

47 — Sentido legal do êrro essencial sobre pessoas. Defloramento anterior. Dubiedade de sexo e outras malformações genitais.

48 — Defeito físico irremediável ou molestia grave transmissivel por contágio ou herança.

49 — Sevícia ou injúria grave. Contaminação venérea. Casamentos nulos e anuláveis.

50 — Exame médico prenupcial. Mendelismo.

51 — Do defloramento : conceito legal. Orgãos sexuais externos da mulher; himen, sua fôrma e consistência.

52 — Traumatologia sexual; circunstancias concurrentes para o diagnóstico de defloramento.

53 — Do estupro; conceito legal. Casos em que contitue atentado á saúde e á vida.

54 — Do atentado contra o pudor, conceito legal. Práticas libidinosas; perversões sexuais. Lesões possiveis resultantes de atentado.

55 — Do ultrage público ao pudor. Psicologia do ultrajante.

56 — Da gravidez; noções de embriologia e de concepção. Diagnóstico da gestação; práticas de laboratório. Variedades, marcha e duração da prenhez. Simulação e dissimulação.

57 — Do parto. Sinais recentes e sinais remotos. Do parto suposto.

58 — Do abortamento criminoso; conceito e elementos constitutivos do crime. Prática do abortamento; medicamentos abortivos e processos abortivos mecanicos.

59 — Lesões possíveis consecutivas à pratica clandestina do abortamento; exame da mulher, do aborto e dos anexos. Perícia.

60 — Do abortamento legal; indicações terapêuticas e eugenéticas.

61 — Do perigo social do abortamento clandestino. Direito do nascituro. Inutilidade das leis penais repressivas. Prevenção pela propaganda e pela assistência social á mulher grávida.

h) Infortunística

62 — Acidentes do trabalho. Lei nacional. Teoria do risco profissional e acidente de trabalho.

63 — Perícia. Cura da lesão. Consolidação médica e consolidação jurídica. Simulação.

64 — Avaliação de incapacidades. Concausalidade. Legislação, jurisprudência.

i) **Tanatologia Forense**

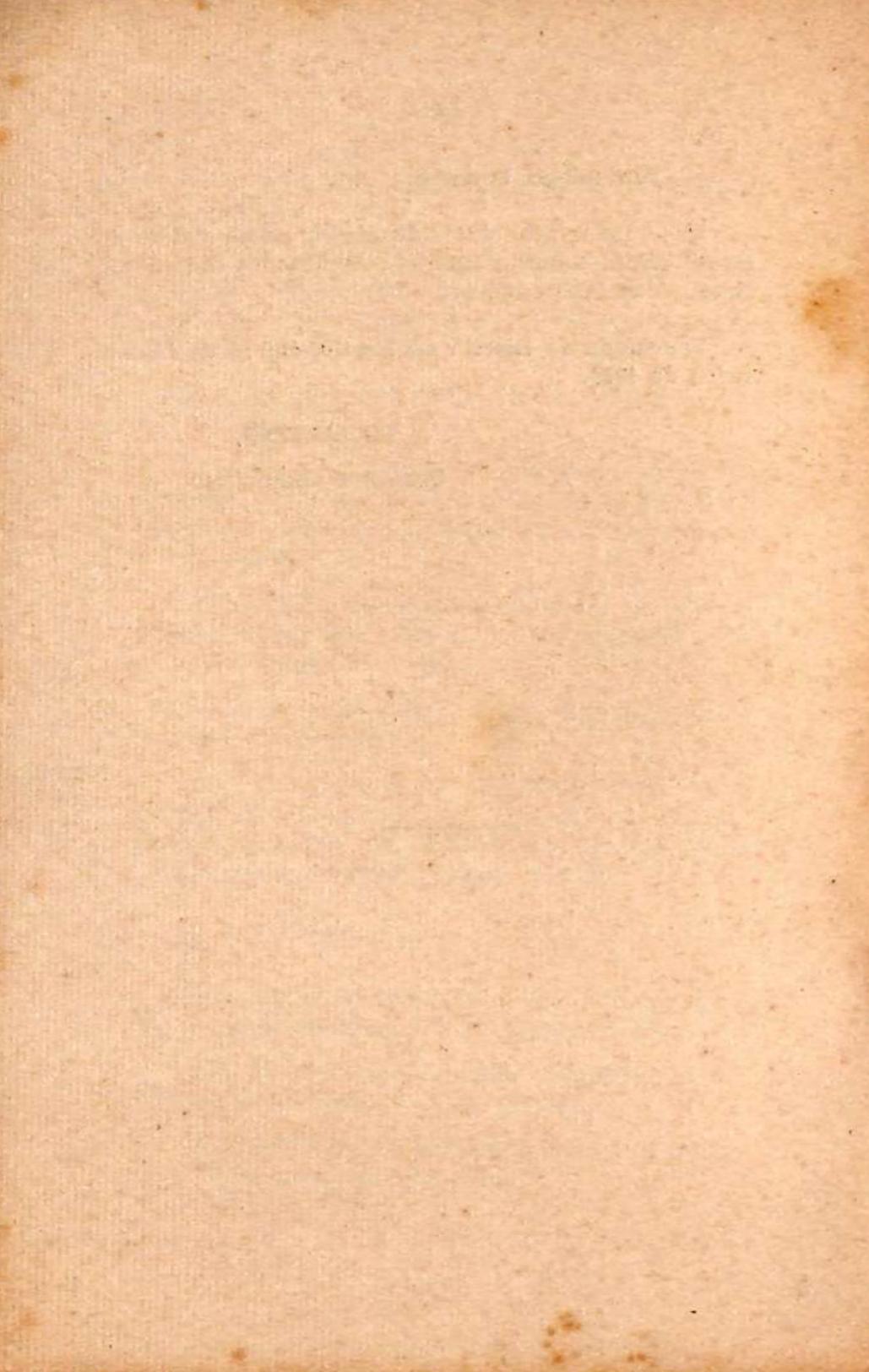
65 — Da morte, sinais duvidosos, sinais certos. Morte súbita e morte agônica. Fenômenos cadavéricos. Cronotanatognóse.

Faculdade de Direito do Recife, em 15 de Janeiro de 1939.

ED. ALTINO,

Professor Catedrático









Faculdade de Direito do Recife

Horario das aulas do curso de bacharelado para o ano de 1939, organizado de acordo com a deliberação do Conselho Técnico-Administrativo, em sessão de 13 de Fevereiro de 1939.

| 1.º Ano MATERIAS | PROFESSORES | DIAS E HORAS | | | | | |
|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----------------------------------|--------------|-----|-----|-----|-----|----------------------|
| | | 2a. | 3a. | 4a. | 5a. | 6a. | Sabado Sala 3 |
| Introdução à C. do Direito Economia Politica Direito Romano | Dr. J. J. Almeida | 14 | 14 | 14 | 14 | 14 | 14 |
| | Dr. Alfredo Freyre | | 15 | | 15 | | 15 |
| | Dr. A. Chateaubriand | 15 | | 15 | | 15 | |
| 2.º Ano MATERIAS | PROFESSORES | 2a. | 3a. | 4a. | 5a. | 6a. | Sabado Sala 2 |
| Direito Civil (1a. P.º) Direito Penal (P. Geral) D. P. Constitucional C. das Finanças | Dr. Nehemias da Silva Gusões | 16 | | 16 | | 16 | |
| | Dr. B rreto Campelo | 17 | | 17 | | 17 | |
| | Dr. S. MacDowell | | 15 | | 15 | | 15 |
| | Dr. Luiz Guedes | | 14 | | 14 | | 14 |
| 3.º Ano MATERIAS | PROFESSORES | 2a. | 3a. | 4a. | 5a. | 6a. | Sabado Sls. 2 e 3 |
| Direito Civil (2a. P.º) Direito Penal (P. E.) D. Comercial (1a. P.º) D. P.º Internacional | Dr. Joaquim G. C. Gondim Neto | | 14 | | 14 | | 14 |
| | Dr. Otavio Tavares | 16 | | 16 | | 16 | |
| | Dr. Rego Barros | | 15 | | 15 | | 15 |
| | Dr. Odilon Nestor | 17 | | 17 | | 17 | |
| 4.º Ano MATERIAS | PROFESSORES | 2a. | 3a. | 4a. | 5a. | 6a. | Sabado Sls. 1 e 4 |
| Direito Civil (3a. P.º) D. Comercial (2. P.º) D. J. Civil (1a. P.º) Medicina Legal | Dr. Andrade Bezerra | | 16 | | 16 | | 16 |
| | Dr. Joaquim Ama- zonas | 17 | | 17 | | 17 | |
| | Dr. Pedro Palmeira | 16 | | 16 | | 16 | |
| | Dr. Edgar Altino | 15 | | 15 | | 15 | |
| 5.º Ano MATERIAS | PROFESSORES | 2a. | 3a. | 4a. | 5a. | 6a. | Sabado Sala 5 |
| Direito Civil (4a. P.º) D. J. Civil (2a. P.º) D. Judiciário Penal D. Administrativo D. Int. Privado | Dr. Soriano Neto | 15 | | 15 | | 15 | |
| | Dr. Mario Castro | 16 | | 16 | | 16 | |
| | Dr. Genaro Guima- rães | 17 | | 17 | | 17 | |
| | Dr. Cunha Melo | | 14 | | 14 | | 14 |
| Dr. Loreto Filho | | 15 | | 15 | | 15 | |

Secretaria da Faculdade de Direito do Recife, em 13 de Fevereiro de 1939

José Regiberto Costa

SECRETARIO